



APRESENTAÇÃO - *VirtuaJus*. v. 8 n. 19. 2025

Tema do Dossiê Atual:

Direitos Constitucionais e Soberania



Flora Rocha e Pedro Botelho, 2025.
Desenho inspirado na fotografia Casa, de Flávio de Barros

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

Isadora de Oliveira Costa e Silva^{*}

Lucas de Alvarenga Gontijo^{**}

Mariana Ferreira Bicalho^{***}

Pablo Alves de Oliveira^{****}

Este dossiê reúne trabalhos desenvolvidos no âmbito do Congresso Latino-Americano de Direito, Memória, Democracia e Crimes de Lesa Humanidade, resultado de uma construção coletiva e contínua entre pesquisadores, ativistas e instituições de ensino de diversos países desde 2019. O projeto nasceu da necessidade de pensar a memória e a democracia como campos de disputa, bem como de refletir sobre as consequências do esvaziamento democrático para as populações latino-americanas. Também surgiu do imperativo de repensar o Estado Democrático de Direito à luz dos desafios contemporâneos e dos instrumentos disponíveis para sua defesa e consolidação.

Por outro lado, este dossiê marca a consolidação da cooperação entre o Centro di Studi Sul Rischio, da Università del Salento, e o Programa de Pós-graduação em Direito da PUC Minas. Trata-se de mais um marco dessa interação interinstitucional, que há anos vem se ampliando e dando sinais de que será cada vez mais produtiva e instigante.

Desde o início, o projeto tem como pressuposto investigar os efeitos do autoritarismo no Brasil, em diálogo com a realidade latino-americana; é indispensável compreender o tempo presente, seja no que se refere à efetivação dos direitos humanos, seja na análise crítica dos conceitos de democracia e soberania.

Em sua quinta edição, as pesquisas e publicações decorrentes do projeto têm como tema “A República e o Povo – Direitos Constitucionais e Soberania em Os Sertões, de Euclides da Cunha.” Com o objetivo de enfrentar o passado brasileiro para fortalecer o presente e garantir o futuro democrático, as pesquisas realizadas neste ano tiveram por base um dos maiores

^{*} Mestranda em Teorias do Direito e da Justiça pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC Minas – PPGD. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. E-mail: isadoraoliveira.adm@gmail.com

^{**} Doutor (2005) e mestre (2002) em Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG. Professor da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Direito *stricto sensu* da PUC Minas. E-mail: alvarengagontijo@gmail.com

^{***} Doutora em Teoria do Direito e da Justiça pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PPGD PUC Minas. E-mail: marianabicalho@live.com

^{****} Doutor em Teoria do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMinas). Bacharel em Direito e Mestre em Ciências Penais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Adjunto da PUC Minas. Professor do Instituto de Educação Continuada da PUC Minas (Especialização). E-mail: pabloalves@pucminas.br

clássicos da literatura nacional. Além de sua relevância histórica, a obra configura-se, ademais, como instrumento de reflexão no campo do direito constitucional e internacional, da memória e da verdade, da defesa dos direitos humanos e das políticas de reparação.

O livro *Os Sertões* abre espaço para reflexões sobre as tensões políticas e jurídicas da Primeira República e os desafios para a formação do Estado brasileiro, do federalismo e da consolidação da República, em meio às disputas entre oligarquia e cidadania. As pesquisas deste ano também abordaram as convergências e implicações entre as Constituições de 1891 e de 1988.

A partir da obra, foi possível refletir sobre o massacre da população sertaneja na tragédia de Canudos e sobre a continuidade das violações de direitos humanos na atualidade. Os crimes de lesa-humanidade de ontem e de hoje revelam engrenagens semelhantes: organizações e instituições políticas e jurídicas incapazes de resguardar os grupos historicamente vulnerabilizados das relações de poder e de força reais. Mais do que isso, muitas vezes compõem a própria engrenagem que viabiliza o extermínio de povos e comunidades.

Nesses eventos, a soberania revela sua face mais cruel na modernidade. O discurso jurídico e político que concentra e legitima o poder nas mãos do Estado é o mesmo que elimina outras formas de organização social. Se, como demonstrou Foucault, não há espaço vazio de poder, a soberania estatal — por meio do direito, dos exércitos e das polícias — tenta preencher esses espaços, ou melhor, ocupar aqueles já constituídos por lideranças, povos e comunidades.

Refletir sobre a Primeira República implica revisitar o positivismo filosófico, os movimentos nacionalistas, o eugenismo a biopolítica e a necropolítica que moldaram as concepções de Estado, cidadania e exclusão, legitimando práticas que se traduziram em formas institucionalizadas de violência. A análise crítica desse período revela as raízes históricas das estruturas de poder que, no Brasil, permitiram que um Estado formalmente independente coexistisse com uma sociedade ainda colonizada — que reproduz relações de poder excludentes internamente e mantém laços de dependência e subordinação com seus antigos colonizadores. Eis nossas raízes históricas e os desafios que devem ser enfrentados pelos juristas, pesquisadores e profissionais brasileiros.

Por isso, o V Congresso propôs discussões sobre povo, liberdade e o direito da força; federalismo, oligarquias e autoritarismo; nacionalismo, soberania e Estado; guerra, nação e Estado; crimes de lesa-humanidade e violações sistemáticas de direitos fundamentais e humanos; justiça e política; o racismo; a invisibilidade do feminino e a violência na literatura e na história. Além disso, convidou pesquisadores e estudantes a desenvolverem estudos e

debates nos grupos de trabalho sobre direito, democracia e Estado na era digital; memória, crimes de lesa-humanidade e justiça de transição; povo, justiça, diferença, educação e intervenção penal; soberania, biopolítica, Sul Global e direitos humanos; direito e literatura, entre outros temas correlatos.

Agradecemos a todos que participam deste dossiê e deste volume da Revista *Virtuajus*. Agradecemos, também, aos parceiros que estiveram presentes desde 2019, bem como àqueles que contribuíram com o projeto neste ano: a Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas (FMD), o Programa de Pós-graduação em Direito da PUC Minas (PPGD PUC Minas), o Programa de Pós-graduação em Educação da PUC Minas (PPGE PUC Minas), o Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas (PPGL PUC Minas), o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas (PPGCS), o Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, o Centro di Studi Sul Rischio da Università del Salento, a Universidad Anáhuac, o Núcleo Redes de Direitos Humanos do PPGD PUC Minas, a OAB Minas Gerais, a Comissão de Filosofia do Direito e Filosofia do Estado da OAB/MG, a Rede Brasileira de Direito e Literatura, a Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz, o Instituto Brasileiro de História do Direito e a Associação Brasileira de Filosofia do Direito e Sociologia do Direito.

Este dossiê reafirma, assim, a vocação do pensamento jurídico crítico latino-americano: resistir, recordar e reinventar a democracia como prática viva de emancipação.

No dossiê, contam-se com os artigos **As Mulheres e a Terra como representações de modos sutis e complexos da realidade histórica da Guerra de Canudos**, de Magda Guadalupe dos Santos. **Imagens de uma sociedade de tecnologia substituída**: emergências para um futuro que está apenas começando, de Pasquale Luigi Di Viggiano. **Crise monárquica, guerras civis, nações pós-imperiais**: uma interpretação dos espaços bourbônicos e de sua herança (1792-1914), de Carmine Pinto. **Apartheid giudiziario**: I minori palestinesi sottoposti alla giurisdizione militare israeliana, de Dario Fiorentino. **Combate às dissidências políticas**: eugenismo, biopolítica, sub-cidadanias e genocídio, de José Luiz Quadros de Magalhães. **De Canudos a Bacurau (passando pela Providência)**: o racismo como mito fundador do Brasil, de Pablo Alves de Oliveira. **Os Sertões**: a epopeia fundadora da República brasileira, de Júlio Aguiar de Oliveira. **Justiça e política**: constituintes do universo jurídico presentes conceitualmente na obra “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, de Dimas Ferreira Lopes e Valdete Aparecida Santos Ribeiro. **Nacionalismo, Soberania e Estado**: da Constituição de 1891 à Constituição de 1988: convergências, avanços e implicações, de Alberico Alves Silva Filho. **Banditismo entre segurança e risco**: subjetividade, tempo e violência frente à captura

da democracia, de Lucas de Alvarenga Gontijo e Adalberto Antonio Batista Arcelo. **Os Sertões como espelho da República:** Minorias, Trabalho e Violência, de Ana Cecília de Oliveira Bitarães. **A República Velha contra Canudos:** do ideário do soldado-cidadão, de Iyan Lucas Duarte Marques, Bruno de Pinheiro Tavares. **Palmares e Belo Monte:** Um ensaio sobre a guerra permanente contra quilombolas e camponeses no Brasil, de Isadora de Oliveira Costa e Silva e Joaquim Leonardo Lopes Louzada de Freitas. **Vida nua. Forma-de-vida:** A contraface da soberania, de João Pedro Maia dos Santos. **Narrativas do sertão:** identidade, violência e gênero em Diadorim, de Sofia Rocha A. Gontijo. **A Lógica do Extermínio:** a Guerra de Canudos e a necropolítica contra os povos indígenas na ditadura militar, de Luiza Bernardes Gaia e Victória Fogaça de Souza. **A narrativa de guerra interna e repressão estatal:** a estratégia da política do antagonismo e extrajudicialidade na Guerra de Canudos, de Rodrigo Bernardino de Souza Bodevan.